

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do INSS terão reajuste de 5,93%, e teto vai para R\$ 7.507,49..... 3

ACRE AGORA
ANFIP

Inscreva-se no concurso da Receita Federal agora; edital aqui..... 5

PORTAL CATALÃO - GO - NOTÍCIAS
ANFIP

Sem reajuste do IR, defasagem pode ser alta para contribuintes..... 6

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impactos futuros a longo prazo..... 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco: invasão uniu mais as instituições..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação: BC culpa petróleo e retomada da economia..... 10

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuição do MEI subirá para R\$ 66 em fevereiro..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reduz preço do gás natural em 11,1%..... 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Poupança rende mais que inflação pela primeira vez desde 2018..... 13

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
ECONOMIA

Renda fixa "menos fixa" em 2023 (Artigo)..... 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar está no menor patamar deste ano..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Com alimentos em alta, inflação fura teto e afeta as compras do brasileiro..... 16

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
ECONOMIA

Vestuário teve maior alta desde o início da troca da moeda para o Real..... 18

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Impacto no bolso dos trabalhadores (Editorial)..... 19

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ativo local avança apesar do IPCA..... 20

Quarta-Feira, 11 de Janeiro de 2023

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Mantida previsão de alta de 0,8% no PIB do Brasil.....21

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - MUNDO
ECONOMIA

Banco Mundial prevê risco de recessão.....22

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Sindicatos reagem à reforma da Previdência de Macron.....23

Aposentados do INSS terão reajuste de 5,93%, e teto vai para R\$ 7.507,49

Ana Paula Branco são Paulo / FOLHAINVEST Renato Carvalho são paulo

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) com benefícios acima do salário mínimo (de R\$ 1.212 até 31 de dezembro de 2022) terão reajuste de 5,93% neste ano. O aumento será aplicado integralmente a aqueles que já estavam recebendo seus pagamentos em 1º de janeiro de 2022.

A lei 8.213, de 1991, estabelece que o valor dos benefícios pagos pelo **INSS** será reajustado, anualmente, com base no **INPC** (índice Nacional de Preços ao Consumidor), que mede o impacto da variação de preços para as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

O INPC de 2022, divulgado nesta terça (10) pelo IBGE, também é usado para reajustar o teto do **INSS**, valor máximo dos benefícios previdenciários e das contribuições recolhidas à **Previdência Social**. Dos atuais R\$ 7.087,22, o teto deve subir para R\$ 7.507,49 em 2023.

À Folha o Ministério da Previdência confirma que os benefícios com valor acima do piso serão reajustados pelo INPC de 2022 e informa que vai divulgar portaria com o novo teto do **INSS**. "Portaria interministerial está tramitando e em breve será publicada no DOU [Diário Oficial da União]", diz o órgão.

A portaria também trará os índices de reajuste proporcional, para quem começou a receber o benefício a partir de fevereiro de 2022. Como esses segurados não receberam 12 meses de pagamentos do **INSS**, o primeiro reajuste é menor.

Para quem ganha o mínimo, o novo valor foi definido em R\$ 1.302, mas ainda poderá ser reajustado por meio de medida provisória para considerar o piso de R\$ 1.320 a provado pelo Congresso Nacional no final do ano passado.

Segundo o **INSS**, atualmente 37 milhões de benefícios são pagos mensalmente. Quase 70% dos beneficiários recebem um salário mínimo.

Os segurados do **INSS** começarão a receber seus benefícios reajustados a partir de 25 de janeiro, quando os que ganham o mínimo, têm seus depósitos

referentes à folha de janeiro. Quem recebe mais do que o piso terá o primeiro benefício com o reajuste de 5,93% a partir de 1º de fevereiro. O novo salário mínimo será pago pelo **INSS** entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro.

O INPC de 2022 também é usado para atualizar a tabela de contribuições à Previdência pagas pelos trabalhadores. O governo publicará, no Diário Oficial da União, as novas faixas salariais. Assim, os descontos nos salários referentes a janeiro, que costumam ser pagos no início de fevereiro, terão novos valores.

Segundo o advogado Wagner da Silva e Souza, sócio do escritório Roberto de Carvalho Santos Advogados Associados, a contribuição ao **INSS** para trabalhadores com carteira assinada será de, no mínimo, R\$ 97,65 por mês em 2023, considerando o novo salário mínimo, que em 2023 está em R\$ 1.302.

Se o governo elevar o salário mínimo para R\$ 1.320, as contribuições previdenciárias também mudarão, mesmo para valores superiores ao mínimo.

Após a reforma da Previdência, o cálculo da contribuição previdenciária de trabalhadores com carteira assinada passou a ser progressivo, ou seja, a cada "fatia" do salário aplica-se uma alíquota correspondente, que varia de 7,5% (para a faixa de salário mínimo) a 14% (para a faixa do teto previdenciário).

Nos cálculos feitos pelo consultor, as alíquotas efetivas variam de 7,5% a 11,68%, considerando salário de contribuição até o teto do **INSS** previsto para 2023, de R\$ 7.507,49.

O valor do desconto para o trabalhador com registro que recolher pelo novo teto será de R\$ 877,24.

Após o desconto da contribuição previdenciária, é feito o recolhimento do Imposto de Renda, para quem fica acima do limite de isenção.

Para quem paga o **INSS** por conta própria e recolhe pelo piso, as contribuições passarão a considerar o salário mínimo vigente, mas a mudança chega na prática apenas para os pagamentos feitos a partir de fevereiro, pois são referentes à competência de

janeiro.

Segurados que contribuem como facultativos ou autônomos sobre o piso terão novos valores, seja pela alíquota de 11% ou de 20%, também a partir da competência de janeiro.

As donas de casa de baixa renda, por exemplo, contribuem com 5% do salário mínimo por mês. Em 2022, esse valor foi de R\$ 60,60. Já os que têm registro como MEI podem ter que pagar valores diferentes, de acordo com a atividade exercida.

Poupança rende mais que inflação pela 1ª vez em quatro anos

O rendimento da poupança conseguiu ganhar da inflação em 2022, no primeiro retorno real deste tipo de aplicação desde 2018, segundo levantamento feito por Einar Rivero, da consultoria Trade Map. O retorno superou a variação do IPCA em 2% no ano passado.

Mesmo assim, a poupança passou longe de ser o tipo de investimento que mais deu retorno no ano passado.

Outro levantamento realizado por Rivero mostra, por exemplo, que o CDI, título de dívida negociado entre bancos que segue de perto a taxa básica de juros e é usado como referência para o retorno de fundos de renda fixa, teve alta real de 6,24%. O levantamento também leva em consideração fundos de investimentos, de títulos públicos e de dividendos.

Entre os 13 tipos de aplicação financeira considerados pela Trad Map, o bitcoin teve o pior desempenho, com retorno negativo real de 68%.

O indicador de referência com melhor desempenho em 2022 foi o IHFA, índice da An-bima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) que tem como base fundos multi-mercados, que podem ter diversos tipos de ativo em sua composição. O rendimento real do índice ficou em 7,45%.

Em seguida vem o índice de ações de empresas que mais pagam dividendos na Bolsa, o IDIV, com rendimento de 6,49%. Logo depois do CDI, outro retorno positivo em 2022 veio do IMA Geral, também da Anbima, composto por títulos públicos, com 3,66% acima da inflação em 2022.

A poupança completa o ranking de investimentos com rendimento real positivo. O Ibovespa teve perda de 1,04%, descontada a inflação. O dólar Ptax e o ouro tiveram retorno negativo de 11,61% e 13,49%, respectivamente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

53

Inscriva-se no concurso da Receita Federal agora; edital aqui

Edmilson Ferreira

Estão abertas as inscrições para o Concurso Público para provimento de 699 vagas da Carreira Tributária e **Aduaneira** da **Receita Federal do Brasil**, sendo 230 vagas de auditor-fiscal da **Receita Federal do Brasil (AFRFB)** e 469 vagas de analista-tributário da **Receita Federal do Brasil (ATRFB)**.

O concurso será realizado em 2 etapas.

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda Fase: Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório; e c) Terceira Fase: Pesquisa de Vida Pgressa, de caráter eliminatório.

a) Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório.

ATENÇÃO!

O pagamento da inscrição deverá ser realizado mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federal (DARF), informando o código de receita 1571-INSCRIÇÃO CONCURSO - FGV. 2022. **AFRFB** E **ATRFB**.

Recomenda-se a todos os interessados cuidados à leitura do Edital nº 1/2022 - RFB e atenção às atualizações frente aos últimos concursos da **Receita Federal**, em especial acerca das matérias que compõem o conteúdo programático das provas.

As informações oficiais sobre o concurso estão disponíveis no Diário Oficial da União e na página da **Receita Federal** na internet, neste link .

O Edital nº 1/2022 - RFB pode ser obtido aqui .

Site: <https://acreagora.com/2023/01/11/inscreva-se-no-concurso-da-receita-federal-agora-edital-aqui/>

Sem reajuste do IR, defasagem pode ser alta para contribuintes

Por Gabrielle

Uma das promessas de campanha do novo governo foi o reajuste da tabela do imposto de renda, no entanto para o ano de 2023 não será possível essa correção. A última correção feita na tabela foi em 2015 e já se encontra defasada, segundo especialistas.

"Não só a correção da tabela, mas uma possível reforma do imposto de renda foi a promessa de campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, mas o que vimos é que a proposta não foi incluída na PEC de transição e nem na reorganização do orçamento de 2023. Existe uma promessa de reforma que não virá para o ano de 2023, mas é um projeto de mandato do atual governo". Afirma Sucena Hummel, presidente do Conselho Regional de Contadores de Goiás (CRCGO).

Como a tabela não é atualizada desde 2015, a cada ano mais pessoas precisam pagar Imposto de Renda. Hoje só estão livres do imposto quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês. Se a tabela não for corrigida, quem recebe 1,5 salário mínimo mensal (R\$ 1.947, com base na correção prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - Lei 14.436, de 1922) já deverá pagar o imposto no próximo ano.

Ainda não há uma declaração oficial de quantos contribuintes devem declarar o IR esse ano em Goiás, mas segundo fontes da **Receita Federal** no Estado, como não houve nenhuma mudança significativa este ano, a previsão é que seja muito parecido com o ano passado, em que houveram cerca de 1,1 milhão de contribuintes no Estado.

Durante a campanha eleitoral, Lula defendeu ampliar a faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

"Em relação ao efeito da defasagem do IR, o que acontece em termos econômicos é que, ao não reajustar a tabela, cria-se uma distorção ao longo do tempo, por conta da **inflação**. A correção, considerando essa proposta de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, geraria uma perda de receita para União, estados e municípios", disse a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto.

Desde o último reajuste da tabela, vários senadores apresentaram projetos para evitar a defasagem. Parte deles institui fórmulas para correção anual, independentemente da aprovação de novos projetos no futuro. É o caso do PL 1.198/2022, do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

O texto prevê isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 3,3 mil a partir de 2023. Além disso, determina a correção anual da tabela a partir de 2024, de acordo com a **inflação**. O indexador usado seria o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao ano anterior.

A presidente do CRCGO ressalta que existem vários projetos de reforma do IR, mas nenhum dos projetos ganha força e sempre continuam da mesma forma. "Existem vários projetos de reforma do IR com várias alterações, mas sempre que chegam para votação, existe um discurso de propostas de reajuste fiscal, para não haver tantas perdas fiscais com propostas de aumentos".

Uma proposta anterior, de 2019, apresentada pela bancada do PT acaba com o escalonamento das faixas de incidência da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e fixa-la em 27,5% para quem ganha acima de cinco salários mínimos (R\$ 6.060 nos valores de hoje). Assinam o projeto os senadores Humberto Costa (PE), Jean Paul Prates (RN), Jaques Wagner (BA), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA) e Rogério Carvalho (SE).

Já o PL 2.337/2021, do Poder Executivo, que altera várias regras do IR, foi aprovado na Câmara mas ainda não foi analisado pelo Senado. A proposta era parte da **reforma tributária**. Uma das mudanças era a faixa de isenção IR, que passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil mensais. Segundo levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, cerca de 13,5 milhões de contribuintes já deixariam de pagar o imposto em 2023 se aprovada essa mudança, que considera a **inflação** de 2018 a 2021.

Outros projetos

Ainda em 2019, o senador Jorge Kajuru (Podemos-

GO) apresentou um projeto que divide as faixas de renda em salários mínimos. Pelo PL 2.988/2019, quem recebe até quatro mínimos mensais ficaria isento do imposto a partir do ano seguinte. O texto também prevê o reajuste da tabela de acordo com o IPCA.

Já o senador Ângelo Coronel (PSD-BA) é autor do PL 4.452/2021. O projeto determina que, a partir de 2023, sempre que a **inflação** acumulada superar 10% devem ser corrigidos pelo IPCA não só as faixas de renda, mas também os limites de dedução do imposto.

Com o mesmo objetivo de reajustar os valores, o PLP 125/2019 estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contenha a previsão de atualização da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda pela variação acumulada no ano anterior do IPCA. O projeto é do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Cálculos da Unafisco apontam que, de 1996 a setembro de 2022, a defasagem acumulada da tabela do IR das pessoas físicas chegou a 144%.

Receita ainda não divulgou regras para 2023

Segundo Hummel, a Receita geralmente informa as regras para as declarações na primeira semana de Fevereiro, mas nos últimos anos as únicas mudanças foram sobre a forma de preenchimento, para que o contribuinte possa fazer sua declaração sozinho.

"Para o ano de 2023 as regras ainda não foram definidas, estamos na expectativa ainda para saber quais serão as mudanças para o calendário atual. Nos últimos anos não vimos nenhuma mudança significativa, a não ser mudanças sistêmicas, para facilitar o uso da plataforma", afirmou a presidente do CRC-GO.

informações O Hoje

Site: <https://portalcatalao.com.br/noticias/brasil/sem-reajuste-do-ir-defasagem-pode-ser-alta-para-contribuintes.phtml>

Impactos futuros a longo prazo

Samuel Quintela

Os atos terroristas de invasão do Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal I (STF), em Brasília, no último domingo (8), não deverão ter efeito notável sobre o mercado financeiro no curto prazo.

Contudo, se a tensão se mantiver no Brasil, e as ações do Governo não conseguirem controlar os grupos terroristas, a Bolsa de Valores poderá registrar uma forte queda, puxada pela incerteza no cenário nacional. Outro reflexo, segundo economistas consultados pela coluna, é a desvalorização do real frente ao dólar. Nessa segunda-feira (9), o Ibovespa (principal índice da bolsa brasileira) fechou em alta de 0,15%, chegando a 109.130 pontos. Já o dólar fechou a cotação a R\$ 5,2570, representando uma leve alta, de 0,41%.

Contudo, segundo Vicente Ferrer, mestre em economia e conselheiro do Conselho Regional de Economia Ceará (Corecon-CE), se as ações de controle não surtirem efeito e as tensões continuarem, os indicadores econômicos poderão ser impactados no longo prazo. "Não podemos afirmar quais serão os impactos no mercado financeiro. Temos de esperar as instituições trazerem o equilíbrio para que esse momento não se prolongue porque, se houver uma paralisação dos caminhoneiros e a economia do País for paralisada, a situação se agrava", disse Ferrer. "Quem vai investir no País em uma situação de guerra civil iminente? Então é importante que se reduza os ânimos e se dê atenção aos problemas que causaram a depredação das instituições brasileiras.

O Brasil continua sendo um país de incertezas e se isso continuar, a tendência é uma queda da Bolsa e uma elevação do dólar, além do retorno da **inflação**", completou. A opinião foi corroborada por Eldair Melo, economista e conselheiro do Corecon, que destacou as diferenças entre a invasão do Congresso no Brasil e do Capitólio nos Estados Unidos. Segundo ele, como o novo Governo Federal já foi nomeado, as ações tomadas poderão surtir efeito mais efetivamente.

O cenário pode ser fundamental para controlar os efeitos negativos na Bolsa e no câmbio no longo prazo, reduzindo a potencial instabilidade e indícios de incerteza para os investidores estrangeiros.

"O impacto da invasão em 2023 é diferente ao que aconteceu nos EUA, haja visto que já temos um presidente e um gabinete nomeados. Fora que os

edifícios não tinham ninguém trabalhando no momento da invasão. No curto prazo, se observa uma queda da bolsa e alta na cotação do dólar. Então não haverá coisas mais influentes no médio e longo prazo. Mas se a intensidade permanecer podemos ter uma crise relacionada aos acontecimentos", disse Melo.

"Mas isso vai depender de uma articulação maior do Governo, que não vai poder aumentar tanto os **impostos**, que vai precisar se concentrar na agenda macroeconômica, como o novo plano do ministro Fernando Haddad e a **reforma tributária**. Então não deve haver impactos no longo prazo relacionado às invasões. No curto prazo, devemos ter poucos impactos", completou.

Apesar do impacto reduzido no curto prazo, Ricardo Coimbra, economista e membro do Corecon, destacou que desempenho da Bolsa nesta segunda-feira (9) também contou com a colaboração de sinais positivos no mercado internacional.

Ele explicou que os últimos relatórios sobre a taxa de juros nos Estados Unidos e os sinais de melhora da economia na China fizeram com o mercado nacional sentisse impactos positivos no primeiro dia de abertura da bolsa brasileira nesta semana.

Reforçou, no entanto, que, se o cenário de incerteza persistir, os indicadores brasileiros poderão registrar quedas no longo prazo.

"A gente vem observando reflexos evidentes, mas é provável que sejam efeitos de curto prazo, até pelas medidas que estão sendo tomadas e estão bem incisivas, tanto pelo Governo quanto pela área jurídica. Vemos uma elevação de juros e dólar futuro, e uma instabilidade na Bolsa, com ações em queda e outras em alta. Se o cenário internacional não estivesse bem positivo, é provável que a Bolsa estivesse em forte queda".

"As expectativas sobre juros americanas e a melhora na China vem ajudando a termos um impacto menor no dia de hoje (segunda-feira). Mas é importante observar os desdobramentos nos próximos dias. Essa ação incisiva pode reduzir impactos sobre investidores estrangeiros sobre essas incertezas, mas é preciso esperar".

Pacheco: invasão uniu mais as instituições

Em discurso durante a abertura da sessão extraordinária ontem, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que, apesar do sentimento de tristeza após a invasão e depredação dos prédios públicos dos três Poderes, o resultado é de união ainda maior entre as instituições. "A união é o resultado que se tem", disse Pacheco, que se referiu aos radicais como uma "minoría raivosa e selvagem" e que será responsabilizada pelos atos criminosos. "Não é excesso de manifestações democráticas, são crimes que precisam ser punidos", declarou.

Frisou que, apesar da invasão em massa, os danos serão individualizados com o objetivo de repassar a conta aos responsáveis pelos atos. Apesar de a Polícia Federal ser a responsável pela abertura de inquérito dos criminosos, Pacheco destacou que a Polícia Legislativa terá papel ativo na identificação. A diretora geral do Senado, Ilana Trombka, informou que vai custar caro recuperar a estrutura da Casa, assim como itens do mobiliário e obras de arte depredados. Os invasores deixaram um prejuízo em torno de R\$ 4 milhões para ser coberto pelo Orçamento do Senado, que se abastece de verba gerada por **impostos** e repassada pelo Tesouro Nacional. A diretora informou que será dada prioridade a obras visando à posse dos novos senadores, marcada para o dia 1º de fevereiro.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10583>

Inflação: BC culpa petróleo e retomada da economia

MANOEL VENTURA manoeLventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em carta dirigida ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que a inflação do ano passado ficou acima da meta estabelecida pelo governo por conta de cinco fatores. São fenômenos globais, como alta do preço do petróleo e de outras commodities, e a retomada dos serviços e do emprego após o auge da Co-vid-19, segundo ele.

No documento, Campos Neto culpa a inércia da inflação do ano anterior; a elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo; o desequilíbrio entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; o choque em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; e a retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de Co-vid-19 e consequente aumento da mobilidade.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano passado em 5,79%. A meta para 2022, por sua vez, era de 3,5%, com intervalo de tolerância até 5%. Por regra, quando há um resultado fora do intervalo de metadainflação, o BC precisa justificar em carta pública os motivos de um nível fora do limite, além das providências e dos prazos para trazer a inflação para o teto estabelecido.

"TRAJETÓRIA DE QUEDA" O presidente do BC também diz que outros fatores, como redução de impostos sobre combustíveis e energia elétrica, ajudaram a aliviar a alta de preços, por sua vez. Ele cita ainda a alta dos juros ocorrida ao longo de 2022 - de 9,25% em janeiro para 13,75%. A Taxa Selic é o principal instrumento para o BC controlar a inflação.

Na carta, Campos Neto afirma que a inflação deve prosseguir a trajetória de queda ao longo de 2023, terminando o ano em patamar inferior ao de 2022. "Portanto, o cenário é de convergência da inflação para as suas metas", afirma. Mas diz que a inflação ainda se mantém superior à meta em 2023 em virtude principalmente da hipótese do retomo da tributação federal sobre combustíveis e dos efeitos inerciais da inflação de 2022.

"O BC tem tomado as devidas providências para que a inflação atinja as metas estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 3,25% para 2023 e de 3% para 2024 e 2025", diz o documento.

A carta cita ainda um **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom), que demonstra uma preocupação com o cenário fiscal do país. O Ministério da Fazenda discute um novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos, que trava as despesas federais e é hoje a principal regra sobre as contas públicas.

"A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal, requer serenidade na avaliação dos riscos. O Comitê acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva", afirma o texto.

Desde a adoção do regime de metas, em 1999, a inflação ficou acima do teto estabelecido em sete anos.

Contribuição do MEI subirá para R\$ 66 em fevereiro

A partir de fevereiro, os cerca de 14 milhões de microempreendedores individuais (MEI) registrados no país pagarão R\$ 66 para contribuir com a **Previdência Social**. O aumento, de 8,91%, segue o reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 1.212 no ano passado para R\$ 1.320 neste ano, conforme estipulado pelo Orçamento.

O reajuste valerá apenas para os boletos com vencimento a partir de 20 de fevereiro. A cota deste mês, que vence em 20 de janeiro, continuará a ser paga pelo valor antigo, de R\$ 60,60.

Para os MEI caminhoneiros, que contribuem mais para a **Previdência Social**, a contribuição passará de R\$ 145,44 para R\$ 158,40.

Os valores levam em conta a provável edição de uma medida provisória, nos próximos dias, que eleve o salário mínimo para R\$ 1.320. Até agora, o salário mínimo para 2023 está fixado em R\$ 1.302, conforme medida provisória editada pelo governo anterior em meados de dezembro.

Na sexta-feira (6), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o salário mínimo "vai ser pago normalmente", ao ser perguntado sobre a edição da medida provisória que fixará o valor em R\$ 1.320.

Recolhimento

Profissionais autônomos com regime tributário e previdenciário simplificado, os microempreendedores individuais recolhem 5% do salário mínimo por mês para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Os MEI caminhoneiros contribuem com 12% do salário mínimo.

O restante da contribuição mensal varia conforme o ramo de atuação. Os trabalhadores que exercem atividades ligadas ao comércio e à indústria pagam R\$ 1 a mais referente ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelo estado onde mora. Os profissionais que executam serviços recolhem R\$ 5 a mais de Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelo município onde habita.

Ao contribuir para o **INSS**, os microempreendedores individuais passam a ter direito

à aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte. Além disso, a **Receita Federal** fornece um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) aos MEI, que pode emitir notas fiscais e obter crédito com condições especiais.

O boleto mensal do Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-ME I) pode ser gerado no Portal do Empreendedor. As parcelas vencem no dia 20 de cada mês.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=126670>

Petrobras reduz preço do gás natural em 11,1%

A Petrobras anunciou ontem que vai atualizar o valor do gás natural. O preço de venda para as distribuidoras vai cair, em média, 11,1% por metro cúbico a partir de 1º de fevereiro, conforme preveem os contratos de distribuição por dutos. A redução é em relação ao valor praticado no trimestre novembro-dezembro-janeiro.

De acordo com a estatal, os contratos preveem atualizações trimestrais e vinculam a variação do preço do gás às oscilações do petróleo Brent e da taxa de câmbio.

"Durante esse período, o petróleo teve queda de 11,9% e o câmbio teve depreciação de 0,2% [isto é, a quantia em reais para se converter em um dólar aumentou 0,2%]. Houve ainda, conforme previsto nos contratos celebrados no final de 2021 e com vigência de 1º/1/2022 a 31/12/2025, redução na fórmula de precificação, que passou de 16,75% do Brent para 14,40% do Brent", justificou a empresa.

PREÇO FINAL A redução no preço para as distribuidoras, contudo, não significa repasse imediato para o consumidor final.

Segundo a Petrobras, o preço final do gás natural depende também do portfólio de suprimento de cada distribuidora, das margens das empresas e dos postos de revenda, além dos tributos federais e estaduais.

As tarifas ao consumidor também dependem de aprovação pelas agências reguladoras estaduais.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/01/2023/p1>

Poupança rende mais que inflação pela primeira vez desde 2018

Agência Brasil

O recuo da **inflação** em 2022 trouxe uma boa notícia para os investidores da aplicação financeira mais tradicional do país. Pela primeira vez em quatro anos, a caderneta de poupança rendeu mais que a **inflação**.

Em 2022, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 5,79%, conforme divulgou ontem (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador é considerado o índice oficial de **inflação**, usado pelo Banco Central (BC) para definir a taxa de juros.

De acordo com a Calculadora do Cidadão, disponível na página do BC na internet, uma aplicação na caderneta de poupança rendeu 7,9% em 12 meses. O valor considera uma aplicação feita em 1º de janeiro do ano passado e que não foi mexida até 1º de janeiro de 2023.

A última vez em que a poupança tinha superado a **inflação** tinha sido em 2018, quando a caderneta havia rendido 0,85% acima do IPCA em 12 meses. Desde então, a combinação entre **inflação** alta e juros baixos corroeu o rendimento da aplicação mais popular no país. O pior momento ocorreu em outubro de 2021, quando o aplicador perdeu 7,59% contra a **inflação** no acumulado de 12 meses.

Apesar do rendimento acima da **inflação**, a poupança registrou desempenho inferior a outras aplicações de renda fixa. Os investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) renderam 12,25% no ano passado, 6,24 pontos percentuais acima da **inflação**. A caderneta, no entanto, superou a bolsa de valores. Num ano marcado por instabilidades, o índice Ibovespa subiu 4,69%, mas rendeu 1,04% a menos que o IPCA.

De março de 2021 a agosto de 2022, o BC elevou a taxa Selic (juros básicos da economia) de 2% para 13,75% ao ano.

O IPCA, que até julho do ano passado superava os dois dígitos no acumulado em 12 meses, recuou após três deflações consecutivas (agosto, setembro e outubro) provocadas principalmente pelo corte de **impostos** em combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo. Esses dois

fatores aos poucos reverteram a perda da poupança para a **inflação**.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230111&p=1>

Renda fixa "menos fixa" em 2023 (Artigo)

EDUARDO TELLECHEA CAIROLI Fundador e CEO da
Privatto Multi Family Office

Neste janeiro, a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) promoveu importante alteração em determinados títulos de renda fixa nas carteiras dos investidores. Antes marcados "na curva", com a taxa contratada, títulos corporativos não bancários, como CRA, CRI, debêntures e títulos públicos federais, exceto os comprados via Tesouro Direto, passam a ter marcação "a mercado", ficando passíveis de alteração no preço conforme as expectativas do cenário macroeconômico, como variação nos juros e inflação futura. Nessas condições, gera-se a real volatilidade de tais ativos. Já CDBs, LCAs e LCIs não terão alteração.

Com a marcação, você saberá o preço do ativo investido no momento presente, o que hoje não é bem assim. Para quem tem os títulos afetados, acompanhar a evolução nos valores pelo período de investimento pode causar incômodo, como se a renda fixa fosse agora variável. No entanto, os títulos continuam sendo renda fixa, e, na data final, é recebido exatamente o percentual contratado na compra.

A alteração é positiva porque traz transparência para a carteira de investimentos. Quando se compra um título, há custos de distribuição e intermediação que fazem com que o valor pago seja superior ao preço justo do ativo. Com a mudança, fica clara a evolução do verdadeiro saldo do portfólio ao longo do tempo. Fica também mais visível como a diversificação de estratégias de renda fixa (pré, pós, DI, inflação) - associadas corretamente ao cenário macro projetado - e o timing de alocação são importantes para uma carteira vencedora. Além disso, traz luz a algo que passava despercebido: altas despesas com comissões e spreads podem corroer o patrimônio.

Já há, no entanto, movimentos para que se possa optar, em seu banco ou corretora, por não ter os títulos de renda fixa marcados "a mercado", mantendo uma ilusão de que não têm volatilidade. A mudança da Anbima é uma evolução para o mercado, hoje maduro, na relação entre os prestadores de serviço e clientes, que, em muitos casos, ainda precisam de maior transparência na marcação dos títulos ou nos montantes de comissionamento das transações de renda fixa.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Dólar está no menor patamar deste ano

São Paulo - O dólar teve forte queda frente ao real ontem, com a moeda brasileira se beneficiando de fluxos para a bolsa local e de uma reação forte das instituições brasileiras a ataques bolsonaristas em Brasília, em movimento amparado ainda pelo clima benigno no exterior.

A moeda norte-americana à vista fechou em queda de 1,09%, a R\$ 5,2019, menor patamar para encerramento desde 23 de dezembro passado (R\$ 5,1655).

O analista da Toro Investimentos, Helder Wakabayashi, disse que o real parece ter se beneficiado de um movimento simultâneo de fechamento da curva de juros e bom fluxo de recursos para as ações brasileiras, com o Ibovespa em alta.

Investidores também citaram a manutenção do sentimento de alívio nos mercados diante das veementes oposições de instituições democráticas brasileiras aos eventos do fim de semana na capital federal.

Depois que apoiadores do ex- -presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram, no domingo, os prédios do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram o decreto que estabelece a intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal.

Além disso, na noite de segunda- feira (9), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e ministros do STF caminharam juntos do Palácio do Planalto até a sede do Supremo para vistoriar os estragos, num gesto para simbolizar união na defesa da democracia, enquanto as autoridades ampliaram as prisões de acusados pelos ataques.

"Teve aquele estresse, o mercado estava esperando para ver como os Três Poderes reagiriam, como a sociedade reagiria, e todos agiram corretamente. O mercado está se desfazendo do risco que foi inicialmente precificado", avaliou Wakabayashi.

A agência de classificação de risco Moody's disse ontem que não espera que o perfil de crédito dos emissores brasileiros, inclusive o soberano, seja significativamente afetado pelos eventos recentes em Brasília, citando percepção de força institucional e estabilidade econômica.

Para além de fatores domésticos, alguns participantes do mercado apontaram o comportamento do mercado global como um suporte adicional para o real, em meio à oscilação tímida do índice do dólar contra uma cesta de pares fortes e avanço dos principais índices de Wall Street.

Fed - O chair do banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), não deu grandes pistas sobre os próximos passos de política monetária da instituição em comentários feitos nesta terça-feira, mas disse que a independência do Fed da influência política é fundamental para sua capacidade de combater a inflação.

"Ele (Powell) era bastante aguardado na manhã desta terça-feira, mas não trouxe grandes novidades em termos de política econômica", disse Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX.

"Powell não mencionou detalhes a respeito da estratégia da trajetória para a taxa de juros nos EUA, e, com isso, favorece o ambiente de apetite por risco, por moedas de países emergentes, ações, commodities, e contribui para o fortalecimento do real." Alguns investidores temiam que Powell pudesse oferecer em seu discurso de ontem uma visão mais agressiva para o patamar final dos juros nos EUA do que o atualmente previsto pelos mercados.

O Fed elevou sua taxa básica em 4,25 pontos percentuais no ano passado, no ciclo de aperto mais agressivo em décadas, mas recentemente diminuiu a magnitude de seus ajustes na política monetária para alta de juro de 0,50 ponto percentual, contra incrementos anteriores de 0,75 ponto. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-01-2023/>

Com alimentos em alta, inflação fura teto e afeta as compras do brasileiro

Rosana Hessel

Puxado pelo preço dos alimentos, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, acelerou entre novembro e dezembro, de 0,41% para 0,62%, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado superou as estimativas do mercado.

No acumulado de 2022, o índice teve alta de 5,79% e fechou o ano acima do teto da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2022, de 5%. Em dezembro do ano anterior, o IPCA subiu 0,73%, acumulando alta de 10,06% em 2021, taxa também acima do teto da meta daquele ano, de 5,25%. Com isso, o Banco Central (BC) descumpriu a missão de preservar o valor da moeda brasileira pelo segundo ano consecutivo e pela sétima vez desde o início do regime de metas, instaurado em 1999.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, divulgou, na noite de ontem, a tradicional carta explicando os motivos para o novo estouro da meta, saiu em defesa do ajuste fiscal e deixou a porta aberta para nova alta dos juros.

O consenso de analistas é de que o BC só conseguirá voltar a cumprir a meta em 2024. Neste ano, o teto da meta é de 4,75% e as projeções do mercado para o IPCA estão sendo revisadas para cima há quatro semanas seguidas. No boletim Focus, a mediana das estimativas está em 5,36%. O estouro da meta pelo terceiro ano seguido será inevitável, pois o trabalho dos bancos centrais, não apenas no Brasil, está mais difícil. Os choques inflacionários, que ficaram mais fortes com a guerra da Ucrânia, não estão sendo acomodados pela política monetária. Os efeitos dos aumentos dos combustíveis acabam tendo impacto em vários setores da economia, destacou Tatiana Nogueira, economista da XP Investimentos.

Cebola

A variação de 0,62% no IPCA do último mês do ano surpreendeu o mercado, pois as estimativas eram de 0,46%, conforme o boletim Focus, do BC. O resultado mensal foi puxado pela alta de preços dos alimentos e dos itens de higiene pessoal, como perfumes, cujos grupos responderam por metade da variação do

indicador.

No acumulado do ano, o grupo alimentação e bebidas registrou alta de 11,64%, respondendo por 2,41 pontos percentuais do IPCA do ano, ou seja, 41,6% da variação de 2022. A cebola foi a maior vilã da **inflação** em 2022, acumulando carestia de 130%. Enquanto isso, os preços da gasolina e do etanol recuaram 25,78% e 25,42%, respectivamente.

Contudo, analistas chamam a atenção para o fato de os preços da alimentação em casa registrarem alta maior, de 13,21%, no ano, acima da variação de 7,50% para quem se alimenta fora de casa. O consumo em residência ficou mais caro do que a **inflação** média, que corrige os salários. Isso é um desafio para as famílias mais pobres, porque praticamente tudo o que ganham é para comprar alimentos, que devem ter restrições maiores em 2023, destacou o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele lembrou que, se não fosse a renúncia fiscal do governo, que zerou os **impostos** federais sobre combustíveis e energia elétrica, o IPCA deveria encerrar 2022 em torno de 9% em vez de ficar perto de 6%.

Os dados do IBGE ainda mostraram uma **inflação** bastante disseminada na economia, com o índice de difusão de alta de preços em 69% dos itens pesquisados, acima dos 59% registrados em novembro, o menor patamar do ano, em grande parte, devido às promoções da Black Friday. O índice de difusão realmente mostrou que houve um espalhamento das pressões inflacionárias, mas isso é bem característico de dezembro, que é um mês de festa, e muita gente capricha no consumo, destacou Braz.

Na avaliação dele, na média dos últimos meses, a difusão ainda continua elevada, o que é preocupante e acende o alerta para o Banco Central manter a taxa Selic em patamar elevado por um período mais prolongado neste ano. Exatamente essa persistência inflacionária é que mostra a necessidade de se manter a taxa de juros mais alta por mais tempo. E esse é o problema. Quanto mais o BC usar esse remédio contra a **inflação**, mais efeito colateral vai se materializando na atividade, com um crescimento econômico menor, menos investimento e mais desemprego, emendou.

Salário mínimo

O IBGE também divulgou os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a **inflação** das famílias mais pobres, com renda de até cinco salários mínimos, e é utilizado para corrigir o piso salarial.

Em dezembro, o INPC também acelerou e avançou 0,69% e, acima da variação de 0,38% de novembro, acumulando alta de 5,93% em 2022, puxada pelos produtos alimentícios, que mais pesam no indicador, que subiram 11,91% em 2022.

Neste ano, o salário mínimo deve ter um reajuste acima da **inflação**, porque a Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê o piso em R\$ 1.302, valor 1,5% acima dos R\$ 1.281 considerando a correção pelo INPC do ano passado. Contudo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu um valor maior do que o enviado pelo governo anterior, de R\$ 1.320, mas está com dificuldades para encontrar recursos neste começo de ano para cobrir os cerca de R\$ 7 bilhões de aumento de despesas com aposentadorias e benefícios. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ainda não se pronunciou sobre o assunto. Procurada, a assessoria não respondeu até o fechamento desta edição.

Além disso, considerando a variação do indicador, o teto das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passará de R\$ 7.087,22 para R\$ 7.507,49. O novo valor ainda precisa ser oficializado pelo Ministério da Previdência, no Diário Oficial da União (DOU) para que possa entrar em vigor.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/01/5065306-com-alimentos-em-alta-inflacao-fura-teto-e-afeta-as-compras-do-brasileiro.html>

Vestuário teve maior alta desde o início da troca da moeda para o Real

O levantamento do IBGE mostra que o grupo vestuário teve o maior aumento de preço em 2022 na RMS, e a **inflação** mais alta para esse grupo desde a adoção do Real, em 1994 (22,39%).

"Embora não exerça tanto impacto no índice geral de **inflação**, por ter peso menor nas despesas das famílias, o grupo vestuário mostrou altas praticamente ininterruptas na RMS desde agosto de 2021", explica a pesquisa.

O grupo foi o que teve maior aumento em dezembro, 1,95%. Os preços voltaram a subir após a variação negativa em novembro (-0,01%)

Para o economista Antonio Carvalho, a retomada das festas e chegada do Verão explicam os aumentos no setor. "Salvador teve retorno do Festival Virada e, querendo ou não, o soteropolitano compra roupa para as festas".

Ele considera a compra de roupas de banho, como shorts de praia e camisetas, alvo de maior demanda por conta da expectativa para a estação mais quente depois de dois anos de pandemia do coronavírus.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Impacto no bolso dos trabalhadores (Editorial)

Os preços às alturas dos alimentos estão pesando cada vez mais no orçamento dos trabalhadores brasileiros. Para as famílias de baixa renda, os alimentos têm peso maior na renda. Os aumentos em geral, acima da média da **inflação**, obrigaram as famílias brasileiras, por mais um ano, a substituir alimentos habitualmente consumidos por outros mais baratos ou similares.

A carne vermelha tem estado mais distante da mesa de muitas famílias. Para driblar a alta, a dona de casa escolhe o frango ou a carne de porco. Na hora de fazer a feira, também percebe-se que algumas frutas, legumes e verduras estão com valores mais salgados, assim como o leite, o pão, o feijão, o arroz e o óleo de soja.

Em 2022, o valor da cesta básica aumentou nas 17 capitais onde o Dieese realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre novembro e dezembro de 2022, o valor da cesta subiu em 14 cidades.

Com base na cesta mais cara, que, em dezembro de 2022, foi a de São Paulo (R\$ 791,29), e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. No último mês do ano passado, o mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00, que até então estava em vigor.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=126670>

Ativo local avança apesar do IPCA

Por Gabriel Roca, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Augusto Decker - De São Paulo

A expectativa pelo anúncio de medidas econômicas do novo governo e o otimismo do investidor estrangeiro permitiram que os ativos locais registrassem desempenho positivo na sessão de ontem, mesmo com a surpresa negativa do IPCA de dezembro.

O dólar fechou em queda de 1,05%, cotado a R\$ 5,2020, e o Ibovespa registrou ganhos de 1,55%, aos 110.817 pontos - acumulando alta de 0,99% em 2023. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro 2025 caiu de 12,785% no fechamento anterior para 12,695%; e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 12,71% para 12,52%.

Os mercados registraram forte volatilidade nos primeiros negócios, após o IBGE divulgar que a **inflação** oficial brasileira, medida pelo IPCA, subiu 0,62% em dezembro e, com isso, fechou o ano de 2022 em 5,79%. O número ficou acima da mediana das projeções de 36 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, de alta de 0,45%, e superou até o teto das estimativas (0,61%).

Ainda que o índice tenha exibido diferença em relação às projeções, a **inflação** corrente deve ser um tema menos importante na condução da política monetária que a deterioração nas expectativas de **inflação** de médio prazo, provocada por incertezas fiscais, afirma Flávio Serrano, economista da BlueLine Asset.

Na visão dele, uma mudança de postura do Banco Central teria mais relação com a política fiscal do que com a **inflação** corrente. O economista nota que o movimento de deterioração das projeções de **inflação** para prazos médios e longos já começou a ganhar corpo e é necessário aguardar essas estimativas se estabilizarem.

O dia também foi de discurso do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell. Mas, sem grandes menções à política monetária, a fala do comandante do banco central americano teve pouco impacto no mercado brasileiro.

À tarde, os ativos locais ganharam força. Agentes de mercado afirmam que cresceu a expectativa de que o governo anuncie medidas econômicas nesta semana, contrariando a tese de que os atos terroristas de domingo poderiam colocar a pauta em segundo plano.

"Em seu discurso eleitoral, o novo governo encomendou muitos gastos, o que fez com que o mercado piorasse. Agora, existe uma expectativa pelo anúncio de medidas e investidores esperam por uma suavização dessa retórica ou indicações de aumento de arrecadação, redução de desoneração, início da **reforma tributária**. Qualquer coisa nesse sentido vai ajudar", diz Leandro Saliba, gestor de renda variável da AF Invest.

O executivo acrescenta que, como o mercado tem investidores institucionais pouco alocados em bolsa, uma indicação que provoque fechamento relevante da curva de juros pode dar impulso às ações mais sensíveis às taxas.

Ao mesmo tempo, há relatos de maior fluxo estrangeiro nos últimos dias, com montagem de posições otimistas no mercado de juros. O J.P. Morgan reforçou visão positiva sobre a curva de juros, motivada pela expectativa de desaceleração da atividade e pelo processo de desinflação em curso.

"Os fundamentos cíclicos de desinflação e desaceleração econômica permanecem intactos. Mantemos apostas aplicadas no DI para janeiro de 2026, apoiados em altas taxas reais, em meio a um forte caminho de desinflação à frente. Também estamos 'overweight' [com exposição acima da média de mercado] em juros no Brasil, dadas os 'valuations' atraentes, embora reconheçamos riscos fiscais mais altos do que o esperado anteriormente", afirma o banco, que espera que a taxa do DI para janeiro de 2026 caia para 11%.

Embora um prêmio de risco mais alto em relação à visão pré-eleitoral seja justificado, a questão é se ele já está excessivo. "Nosso 'trade' de maior convicção continua sendo o de aplicar [apostar na queda] na ponta curta. Com a **inflação** prevista para atingir as mínimas de 2,6% no segundo trimestre de 2023, de acordo com nossos economistas (5,16% no final do ano), a precificação de mercado de apenas 100 pontos-base de cortes [1 ponto percentual] nos próximos dois anos parece tímida", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/01/11/ativo-local-avanca-apesar-do-ipca.ghtml>

Mantida previsão de alta de 0,8% no PIB do Brasil

BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial reafirmou nesta terça-feira sua projeção de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve avançar 0,8% neste ano e 2,0% em 2024. Os números estão no relatório Perspectivas Econômicas Globais e repetem o estimado seis meses atrás. Para o ano de 2022, a instituição acredita que a economia brasileira tenha crescido 3,0%, quando anteriormente havia projetado alta de 1,5% neste caso. As taxas de juros elevadas restringem os investimentos e o Brasil também enfrenta "desaceleração do crescimento das exportações", afirma o Banco Mundial. Em outro trecho do relatório, ele comenta que as condições climáticas "têm sido favoráveis" para a safra de soja no País, enquanto na Argentina uma seca prolongada prejudica a produção de trigo.

O Banco Mundial qualifica a desaceleração em andamento no Brasil como "acentuada", com forte contração do investimento em 2023, em quadro de alta nos juros pelo banco central local para conter a **inflação**. A instituição ainda afirma que a incerteza sobre a perspectiva da política fiscal é "mais um vento contrário" para a confiança dos negócios e os investimentos. "As exportações do Brasil devem crescer mais lentamente que nos últimos anos por causa da desaceleração no crescimento da demanda por commodities não energéticas", diz o relatório.

Já o gasto do consumidor deve ser "um pouco apoiado" em 2023 por transferências fiscais e cortes tributários adotados no ano passado, a fim de compensar "os preços de alimentos e combustíveis em disparada". O Banco Mundial diz ainda que o crescimento no investimento deve ter "alguma aceleração" e que a melhora na demanda global apoia o crescimento das exportações.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10583>

Banco Mundial prevê risco de recessão

O crescimento econômico mundial pode encolher em 2023 até ficar "perigosamente perto" da recessão, alertou ontem o Banco Mundial ao reduzir suas previsões devido à inflação elevada, ao aumento das taxas de juros e à invasão russa da Ucrânia.

Os economistas do órgão advertiram sobre o risco de desaceleração econômica global à medida que os países lutam contra o aumento dos custos e os bancos centrais simultaneamente elevam as taxas de juros para esfriar a demanda, o que, por sua vez, piora as condições Financeiras em meio às perturbações provocadas pela guerra na Ucrânia.

As últimas previsões do BM apontam para uma "desaceleração brusca e duradoura", com um crescimento global de 1,7%, cerca de metade do previsto em junho, segundo o último relatório "Perspectivas da economia mundial".

PREOCUPADO. "Estou muito preocupado com o risco de uma desaceleração persistente. Segundo nossas estimativas, o crescimento mundial entre 2020 e 2024 será inferior a 2%. Trata-se do crescimento mais fraco em cinco anos desde 1960", explicou o presidente do Banco Mundial, David Malpass.

Este crescimento econômico mundial tão baixo, previsto para o ano em curso, é comparável apenas ao período de recessão induzida pela pandemia, em 2020, e pela crise financeira global de 2008-2009.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Sindicatos reagem à reforma da Previdência de Macron

O governo do presidente da França, Emmanuel Macron, apresentou ontem um plano para aumentar gradualmente a idade mínima de aposentadoria da França de 62 para 64 anos até 2030, provocando revolta entre os principais sindicatos do país, que imediatamente convocaram greves em protesto.

Fazer os franceses trabalharem por mais tempo é crucial para aumentar os índices de emprego, relativamente baixos entre os idosos, e para evitar déficits persistentes em um sistema de Previdência público e financiado por contribuições dos trabalhadores, argumentou Macron. Organizações trabalhistas respondem que a reforma penalizará os trabalhadores menos qualificados e menos ricos que começaram a trabalhar cedo na vida.

- O sistema previdenciário não está em perigo, nada justifica uma reforma tão brutal -disse Laurent Berger, chefe do sindicato moderado CFDT, ao lado de líderes de outras organizações trabalhistas após uma reunião em Paris.

A primeira-ministra francesa, Elisabeth Borne, disse em entrevista coletiva que estava ciente de que a reforma causa temores, mas disse que era "um plano de justiça, um plano que traz progresso social". Os sindicatos convocaram um primeiro dia de greve e manifestações para 19 de janeiro, e disseram que este é o início de uma "forte mobilização".

O confronto em torno do que as autoridades francesas apelidaram de "a mãe de todas as reformas" deve ser um momento decisivo no segundo mandato de cinco anos de Macron como líder francês. O presidente já retirou uma proposta diferente de reforma da Previdência em 2020 após meses de manifestações e greves. Na época, ele citou a pandemia de Covid como motivo.

ECONOMIA EM DIFICULDADE Se seguir em frente, provavelmente enfrentará o tipo de convulsão paralisante que acompanhou as tentativas de seus predecessores de alterar leis que afetam o trabalho e a aposentadoria.

Caso recue, isso prejudicará o seu esforço, iniciado em seu primeiro mandato presidencial (2017-2022) para promover uma reforma para melhorar o ambiente de negócios do país. O governo planeja enviar o

projeto de lei ao Parlamento em fevereiro e pode precisar usar uma medida constitucional especial para contornar uma votação se não conseguir convencer alguns parlamentares da oposição a apoiar a proposta.

A aposta em 2023 ocorre em um momento difícil para a economia francesa, à medida que ela luta contra o aumento dos preços da energia e a inflação pesa sobre as famílias e empresas.

As finanças públicas também estão tensas após gastos maciços durante a pandemia e a crise energética. Sem mudanças no sistema de aposentadoria, ele sozinho deve registrar um déficit anual de até 0,8% da produção econômica anual durante os próximos 10 anos, de acordo com o Conselho Consultivo de Pensões da França.

Em um esforço para alcançar um consenso, a premier abandonou a proposta que Macron inicialmente divulgou durante sua campanha eleitoral para aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos. Para cumprir o objetivo de equilíbrio financeiro, disse, o governo vai acelerar a implementação de uma reforma anterior que aumenta gradualmente até 43 o número mínimo de anos de contribuição. A idade em que as pessoas podem se aposentar com garantia de pensão completa não será alterada de 67.

A premier também disse que o governo fará outras mudanças para garantir que cerca de 40% das pessoas ainda possam se aposentar antes dos 64 anos, incluindo aquelas que começaram a trabalhar jovens ou sofrem de problemas de saúde devido ao trabalho.

As concessões respondem a algumas das demandas do partido conservador Republicanos, que disse que poderia apoiar o projeto de reforma se houver garantias de renda mínima de aposentadoria e se os limites de idade não forem aumentados demais ou rápido demais.

Garantir esse apoio daria a Macron uma maioria grande o suficiente no "Parlamento para evitar o uso de um artigo controverso da Constituição, chamado 49.3, que permite que os projetos de lei sejam aprovados sem votação.

DESAFIO PARA MACRON A reforma é um desafio

peçoal para Macron, que busca construir seu legado. Ele não poderá concorrer a um terceiro mandato em 2027 e sempre fez questão de deixar sua marca na economia francesa.

Seu índice de aprovação entre a população caiu para o nível mais baixo desde março de 2020, antes de a pandemia de Covid varrer a França, de acordo com uma pesquisa do instituto Ifop para a revista Paris Match e a Sud Radio publicada nesta terça-feira. (Da B/oomberg^)